

NOVO BANCO, O PASSADO, O PRESENTE, QUE FUTURO?

FEVEREIRO 2021

Passados que estão 6 anos sobre a medida de resolução aplicada ao BES e a criação do Novo Banco (03/08/2014), apelidado de “banco bom”, não deixa de ser estranho que o NB continue em permanente reestruturação.

Não podemos deixar de mencionar e concordar totalmente com o Dr. Vitor Bento, primeiro Presidente do NB, que afirmou perentoriamente, que era necessário manter o Banco na esfera pública por um período de 5 a 6 anos, a fim de o reestruturar e de poder valorizar os seus ativos e assim evitar custos para os contribuintes.

Não foi esta a opção do Governo da altura, nem do então Governador do BdP, o que levou Vitor Bento e a sua equipa a bater com a porta, tendo sido substituído por Stock da Cunha em setembro de 2015, que veio com a missão de vender o Banco num curto espaço de tempo.

Stock da Cunha, não só não conseguiu vender o banco, como foi o responsável por reduzir 1 000 postos de trabalho e por querer levar a cabo o maior despedimento coletivo alguma vez realizado na banca portuguesa, cerca de 500 pessoas. Este intento, só não se concretizou, pela nossa intensa luta, pela denúncia feita pela comunicação social e sobretudo pela pressão de quase todos os grupos parlamentares e que levou inclusivamente esta Comissão, a ouvir a Administração, o Fundo de Resolução e a Comissão de Trabalhadores.

Infelizmente, não se evitou na sua totalidade, pois 69 trabalhadores foram alvo do despedimento coletivo, do qual, passados 4 anos, ainda se arrasta nos tribunais o processo de impugnação apresentado por 33 trabalhadores, não tendo havido até agora, qualquer decisão na primeira instância.

Fruto da demora da justiça e do assédio moral que a própria Lei do Trabalho faz sobre os trabalhadores, ao não permitir impugnações de despedimentos, sem a devolução das compensações, tem levado, ao longo destes anos, centenas de trabalhadores a aceitarem rescisões amigáveis para não ficarem a viver na miséria, com um pequeno subsídio de desemprego. Na nossa opinião urge alterar o artigo 366º nº 4 e 5 do Código do Trabalho, para já não falar da necessidade de repor os valores das indemnizações praticados antes da troika.

Em agosto de 2016, perante uma venda falhada e avultados resultados negativos, Stock da Cunha é substituído por António Ramalho, que veio para concretizar a venda, o que aconteceu em outubro de 2017 ao Fundo Lone Star e, dar continuidade ao plano de reestruturação acordado entre a Comissão Europeia, o BdP, Governo português e a DGComp.

Esta venda, feita por pressão da Comissão Europeia, acabou por servir apenas para dar a um fundo internacional, ganhos absolutamente inaceitáveis!

A sistemática apresentação de prejuízos avultados é a prova de que no processo de resolução do BES, o Novo Banco, não foi devidamente capitalizado para responder às insuficiências e problemas dos ativos tóxicos. A história de que o Novo Banco passou a ser um “banco bom”, não passa de um conto de fadas, como se veio a comprovar ao se ter levado a cabo uma venda de 75% do capital do Banco, a troco de um aumento de capital de Mil Milhões de euros e uma recapitalização de 3,89 mM€, feita a prestações, aquilo a que se designou chamar de capital contingente, para acautelar diversos ativos tóxicos, avaliados em 2017 em cerca de 4 mM€.

EVOLUÇÃO DA REDE DE BALCÕES E TRABALHADORES - GRUPO NOVO BANCO



Fonte: Relatórios e contas do NB publicados no site da CMVM // *2020 = 3º trimestre 2020

A Administração do NB está a ir mais longe que os objetivos acordados com a DGComp, uma vez que estes previam que em 2021 o Banco deveria ter 400 balcões e 4 909 trabalhadores, objetivos já atingidos e ultrapassados em 2019.

No entanto, sabemos que o acordo prevê reduções adicionais, caso não sejam cumpridos os objetivos de rentabilidade e cost-income em 2019, 2020 e 2021, ano definido como o limite para a concretização do plano de reestruturação. Como em 2019 esses objetivos foram atingidos não houve lugar a penalizações adicionais.

Para 2021, também, fruto da atual conjuntura pandémica e conseqüente agravamento da economia a nível global, será, na nossa opinião, muito difícil atingir os objetivos definidos no Plano de reestruturação estabelecido com a Comissão Europeia no final de 2017, estando previsto, caso os mesmos não sejam renegociados, como o próprio acordo prevê, em caso de uma contingência de força maior, que seja alheia ao controlo do Banco, encerramentos adicionais de Balcões e despedimentos de cerca de 1.500 trabalhadores.

Apesar das constantes notícias negativas e de estar a servir de arma de arremesso político, o Novo Banco continua a ter um papel muito importante na economia portuguesa. Tem uma quota de mais de 16% no mercado de PME's, mais de 19% das operações de Trade Finance, tendo sido eleito o melhor banco português nesta área de negócios. Demonstrou agora de novo neste estado de pandemia, que continua a ser o principal parceiro das empresas, ao colocar quase 50% da linha de apoio COVID-19 junto dos seus clientes.

A sua manutenção no apoio à economia continua a ser vital, pelo que, consideramos que o Novo Banco não deve ser usado como arma de oportunismos e de táticas políticas. Esta permanente guerrilha mediática e política, está a gerar nos clientes um clima de desconfiança e está a prejudicar a atividade

corrente e a recuperação económica do Banco. Todos sabemos que o negócio bancário assenta na confiança, pelo que se esta acabar, também se acaba o negócio.

A CNT não pode deixar de destacar o elevado profissionalismo, a resiliência, a ética e sentido de serviço público, que caracteriza os trabalhadores do Novo Banco, que muito têm sofrido ao longo destes últimos seis anos. O Novo Banco mantém um talento elevado, mas é cada vez mais difícil reter e atrair talento, porque as pessoas estão cada vez mais saturadas e não estão dispostas a arriscar devido à reputação e incerteza que as constantes notícias criam. Em vez de currículo o medo é que se esteja a fazer cadastro.

No nosso entender, pensamos estar todos de acordo quando dizemos que desde a resolução, até à venda do Banco e à venda dos ativos tóxicos, fruto de diversos circunstancialismos, podem não ter sido tomadas as melhores decisões, mas apenas as possíveis para o contexto e, ainda assim as menos más.

A nossa grande preocupação é a manutenção dos postos de trabalho de quase 4 500 trabalhadores e com os cerca de 6 600 pensionistas do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Novo Banco, que não podem continuar a ser postos em causa por discursos políticos demasiado abrasivos, que depois de projetados para a comunicação social, são interpretados da pior forma quer pelos cidadãos contribuintes, quer pelos clientes e pelos trabalhadores, criando sempre muito ruído, dúvidas, incertezas e sobretudo muita desconfiança.

Apelamos e pretendemos sensibilizar para a moderação no tratamento deste tema, por todas os factos e razões que acabamos de enunciar!

Ricardo Salgado e sua companhia, ainda não foram julgados, os trabalhadores do Novo Banco, há muito parecemos estar condenados.